

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. REQUERENTE:** Simone Martins Cirilo de Paula - Secretária Municipal de Educação e Cultura e Magna Emília Altomare - Secretaria Municipal de Administração


### 2. OBJETO:

2.1. Registro de preço, pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual e futura aquisição de materiais permanentes e de consumo, visando atender às demandas das escolas da rede municipal de ensino e demais secretarias.

2.2. O fornecimento previsto deverá ser prestado conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VAL. UNITÁRIO	VAL.TOTAL
001	BERÇO PADRÃO NACIONAL INMETRO COR BRANCO: DESCRIÇÃO CERTIFICADO INMETRO DIMENSÕES DO PRODUTO: ALTURA: 92 CM LARGURA: 68 CM COMPRIMENTO: 133 CM TRÊS REGULAGENS DE ALTURA NO ESTRADO CABECEIRAS EM MDF GRADE EM PINUS REVESTIDO ACABAMENTO: BORDA LATERAL COM PERFIL DE PVC DE 16,5 MM. SUPORTA 30KG. MEDIDA DO COLCHÃO RECOMENDAVA: 130X60 - PARA BERÇO PADRÃO NACIONAL.	UNIDADE	4	800,00	3.200,00
002	CADEIRA CADEIRÃO ALIMENTAÇÃO - A CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO PORTÁTIL PARA CRIANÇAS ATÉ 23KG. ELA TEM ASSENTO, ENCOSTO E LATERAIS ACOLCHOADOS EM PLÁSTICO LAMINADO E APOIO PARA OS PÉS FIXO. É DE FÁCIL DE DESMONTAR E TEM EMBALAGEM COMPACTA. ESTRUTURA EM AÇO; CADEIRA ALTA IDEAL PARA BEBÊS DE ATÉ 23KG; ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADO EM PLÁSTICO LAMINADO, ACILITANDO A LIMPEZA; BANDEJA E APOIO DE PÉS; BANDEJA REMOVÍVEL QUE PERMITE APROXIMAÇÃO A MESA DE REFEIÇÃO; BANDEJA COM PORTA COPOS; CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS; CINTO DE SEGURANÇA COM 2 REGULAGEM DE ALTURA; FÁCIL DE DESMONTAR; TRAVA DE SEGURANÇA; CADEIRA DESMONTÁVEL – EMBALAGEM MAIS COMPACTA; FOTO DO PRODUTO COMPOSIÇÃO TÊXTIL 100% PVC. REGISTRO DO PRODUTO NO INMETRO Nº 002366/2022   OCP0040 SGS MEDIDAS ALT. 97CM LARG. 74CM COMP. 63CM PESO. 4,40KG	UNIDADE	4	550,00	2.200,00
003	CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO DO TIPO IP, COM CONECTIVIDADE SEM FIO (WI-FI), DESTINADA AO USO INTERNO E EXTERNO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 3MP (1296P OU SUPERIOR), DOTADA DE	UNIDADE	80	1.200,00	96.000,00

	<p>CAMPO DE VISÃO DE ATÉ 360°, POSSIBILITANDO MONITORAMENTO AMPLO DO AMBIENTE. DEVERÁ POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E RESPINGOS DE ÁGUA, ADEQUADA PARA INSTALAÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS, COM GRAU DE PROTEÇÃO</p> <p>MÍNIMO IP65 OU EQUIVALENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTA COM MICROFONE E ALTO-FALANTE INTEGRADOS, PERMITINDO COMUNICAÇÃO DE ÁUDIO BIDIRECIONAL, BEM COMO VISÃO NOTURNA COLORIDA (FULL COLOR) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, GARANTINDO CAPTAÇÃO DE IMAGENS MESMO EM AMBIENTES COM BAIXA LUMINOSIDADE. DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM APLICATIVO DE GERENCIAMENTO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS (SISTEMAS ANDROID E IOS), PERMITINDO ACESSO REMOTO ÀS IMAGENS EM TEMPO REAL E AOS REGISTROS GRAVADOS. DEVERÁ POSSIBILITAR ARMAZENAMENTO DAS IMAGENS POR MEIO DE CARTÃO MICROSD, ARMAZENAMENTO EM NUVEM OU DISPOSITIVO DE GRAVAÇÃO COMPATÍVEL, CONFORME RECURSOS DO EQUIPAMENTO. A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ELÉTRICA COM FIO, EM TENSÃO BIVOLT AUTOMÁTICA (110/220V), COM INSTALAÇÃO</p> <p>DO TIPO MONTAGEM EM PAREDE, ACOMPANHADA DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO, INCLUINDO CABOS, SUPORTES E MANUAL. O PRODUTO DEVERÁ</p> <p>SER NOVO, DE PRIMEIRA LINHA, NA COR BRANCA OU SIMILAR, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES</p>				
004	COLCHÃO CASAL ORTOPÉDICO ESPUMA D45 EXTRA FIRME 138X188X17CM	UNIDADE	2	950,00	1.900,00
005	COLCHÃO DE BERÇO IMPERMEÁVEL 130X0,60 D18 COR BRANCO ANTI- ACARO, ANTI- FUNGO ANTI – ALÉRGICO, FABRICADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE D18, O COLCHÃO SUPORTA ATÉ 50 KG, COM SUPERFÍCIE IMPERMEÁVEL FACILITA A LIMPEZA, TORNANDO A ROTINA DOS PAIS MAIS PRÁTICA E HIGIÊNICA. COM DIMENSÕES DE 130 CM DE COMPRIMENTO, 60 CM DE LARGURA E 10 CM DE ALTURA, ESTE COLCHÃO É IDEAL PARA BERÇOS PADRÃO	UNIDADE	6	236.6667	1.420,00
006	CONJUNTO MESA REFEITÓRIO INFANTIL COM BANCOS SEPARADOS COM ENCOSTO BRANCO/AZUL PESOS E DIMENSÕES ESPESSURA DO TAMPO (MM) 30 MM. PESO DA MESA 20 KG. MEDIDA DA CADEIRA/BANCO (A X L X P)30X150X30. MEDIDA DA MESA (A X L X P) 55X150X60. ALTURA (CM) 55 CM. COMPRIMENTO (CM)	CONJUNTO	8	2.233,33	17.866,67

	150 CM. LARGURA (CM) 60 CM. PROFUNDIDADE (CM) 30 CM. MATERIAIS E ACABAMENTOS. MATERIAL PRINCIPAL MDF. MATERIAL DO TAMPO FÓRMICA. MATERIAL DA BASE DA MESA AÇO. MATERIAL DA ESTRUTURA DA CADEIRA AÇO. 				
007	CONTAINER DE LIXO 500 LITROS NA COR AZUL O CONTAINER DE LIXO 500 LITROS SEM PEDAL É FABRICADO EM POLIETILENO DE MÉDIA OU ALTA DENSIDADE (PEMD OU PEAD) 100% VIRGEM, GARANTINDO AOS NOSSOS CLIENTES OS REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONFIABILIDADE EM RAZÃO DO MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. RESISTENTES AO IMPACTO E À TRAÇÃO, O CONTAINER DE LIXO 500 LITROS SEM PEDAL POSSUI PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA E CONTÉM UM ADITIVO EXTRA ANTIOXIDANTE, O QUE LHE GARANTE NÍVEIS DE PROTEÇÃO CLASSE 8 – UV 8, DA AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS (ASTM), EM CONFORMIDADE COM A NORMA EN840. TÊM CAPACIDADE PARA 500L E CONTAM COM RODAS DE PVC COM 150MM DE DIÂMETRO E NÚCLEO DE POLIPROPILENO (PP). POSSUEM 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS, SENDO 2 COM FREIOS, E GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, O QUE LHE GARANTE EXCELENTE CUSTO-BENEFÍCIO. O CONTAINER DE LIXO SEM PEDAL 500L POSSUI AINDA MUNHÃO PARA BASCULAMENTO LATERAL EM CAMINHÕES DE COLETA URBANA, REFORÇO EM CHAPA DE AÇO E DRENO COM TAMPA ROSQUEÁVEL PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS. ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICOS, PAPÉIS, VIDROS, METAIS, RADIOATIVOS, ORGÂNICOS, NÃO RECICLÁVEIS, ETC.	UNIDADE	5	1.600,00	8.000,00
008	CORTINA BLACKOUT EM TECIDO 4 METROS. MEDIDAS: 4,00M DE LARGURA X 2,80M DE ALTURA. 4,00 METROS DE LARGURA DE CONSUMO (ESTICADO). INDICADO PARA VARÃO DE 3,00M A 3,50M. PARA VARÃO SIMPLES (NÃO ACOMPANHA VARÃO). COM ILHÓS CROMADO. BLOQUEIA 99% TODA A CLARIDADE. IMPEDE A PASSAGEM DE LUZ E RAIOS ULTRA VIOLETA - AJUDA A RETER O CALOR E MANTER A TEMPERATURA - SÃO DUAS FOLHAS - NOME DO TECIDO: TECIDO DE BLACKOUT - COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER - CONTÉM NA EMBALAGEM: 01 - CORTINA BLACKOUT EM TECIDO 4,00M X 2,80M	UNIDADE	50	220,00	11.000,00

009	<p>KIT 10 CADEIRAS FIXAS ESTOFADAS PARA ESCRITÓRIO COR PRETO</p> <p>CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:</p> <p>DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CADEIRA FIXA DE ESCRITÓRIO 4 PÉS PALITO COM ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MM, COM FIXAÇÃO À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS DE GARRA DE AÇO ZINCADO E PARAFUSOS MÉTRICOS OU SIMILARES, EM POLEGADA, ESPUMA DE POLIURETANO FLEXÍVEL INJETADA MOLDADA DE ESPESSURA TOTAL ÚTIL MÍNIMA DE 20 MM, DE ALTA DENSIDADE, ALTA RESILIÊNCIA, ISENTA DE CFC E ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA, PROMOVENDO LONGA VIDA ÚTIL AO ASSENTO E ENCOSTO. REVESTIMENTO EM TECIDO EM COR A DEFINIR DE ACORDO COM A CARTELA DO FABRICANTE, COM CONTRA ENCOSTO EM LAMINADO SINTÉTICO, CONTRA ASSENTO EM LAMINADO SINTÉTICO OU TNT E ARREMATE DE BORDOS EM PERFIL POLIMÉRICO EXTRUDADO DE COR CINZA OU PRETA. ESTRUTURA FIXA DO TIPO 4 PÉS PALITO COM SUPORTE DUPLO DE ENCOSTO E SOLDADA POR PROCESSO MIG, TUBOS DE AÇO DE DIÂMETRO MÍNIMO DE 19 MM E ESPESSURA DE PREDE DE NO MÍNIMO 1,20 MM. DIMENSÕES MÍNIMAS DE ASSENTO DE 420 MM DE LARGURA POR 380 MM DE PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE. DIMENSÕES MÍNIMAS DE ENCOSTO DE 350 MM DE LARGURA POR 270 MM DE EXTENSÃO VERTICAL.</p>	KIT	10	249,00	2.490,00
010	<p>MULTIFUNCIONAL COLORIDA DE ALTA PRODUÇÃO IDEAL PARA GRÁFICOS, ESCRITÓRIOS DINÂMICOS E ARTES GRÁFICAS, IMPRIME, COPIA, DIGITALIZA E POSSUI ALTA QUALIDADE (DPI), ACEITANDO PAPÉIS ATÉ, SENDO VERSÁTIL PARA IMPRESSÕES PROFISSIONAIS E DE ESCRITÓRIO, COM ALTO CICLO MENSAL DE 200.000 A 300.000 PÁGINAS. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FUNÇÕES: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX (OPCIONAL). VELOCIDADE: ATÉ 60 PÁGINAS POR MINUTO (COLORIDO OU P&amp;B).</p> <p>RESOLUÇÃO: DPI PARA IMAGENS NÍTIDAS. PAPEL: SUPORTE PARA GRAMATURAS ELEVADAS (ATÉ) E FORMATOS A3/SRA3. PRODUÇÃO: CICLO MENSAL MÁXIMO DE ATÉ 300.000 PÁGINAS.</p> <p>VERSATILIDADE: IMPRESSÃO MÓVEL E DIGITALIZAÇÃO PARA E-MAIL, USB E PC. TECNOLOGIA: LASER, PERMITINDO BAIXOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO. CAPACIDADE DE SUPORTAR DIVERSAS MÍDIAS, INCLUINDO PAPEL COUCHE E CARTOLINA, SEM MARCAR AS IMPRESSÕES COM ROLETES.</p>	UNIDADE	7	9.000,00	63.000,00

011	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO POUCH FILM 0,05 ESPECIFICAÇÕES TAMANHO: A4 220X307MM QUANTIDADE: 100 UNIDADES ESPESSURA: 0,05MM(125MIC)	PACOTE	100	95.9667	9.596,67
012	RELÓGIO DE XADREZ DIGITAL CRONÔMETRO PROFISSIONAL COMPETIÇÃO COR PRETO COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA 14 CM X 16 CM X 7 CM PESO 129 G MATERIAL PLÁSTICO ABS FUNÇÕES CONTAGEM DE JOGADAS, CRONÔMETRO, TEMPORIZADOR, DELAY TIPO DE ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AA	UNIDADE	20	150,00	3.000,00
013	TENDA CHAPÉU DE BRUXA 3X3 NA COR AZUL MODELO: TENDA CHAPÉU DE BRUXA, TENDA CHAPÉU DE BRUXA 3X3, ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA EM AÇO CARBONO E GALVANIZADA, LONA VINÍLICA TD1000 IMPERMEÁVEL, 500 MICRAS, ANTI CHAMAS, ANTI RAIOS UV E IV, LONA COM CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE DIMENSÕES DE PRODUTO: COMPRIMENTO: 3,00M LARGURA: 3,00M PÉ DIREITO: 2,50M (DE NÍVEL DE SOLO ATÉ A VIGA LATERAL DE FORMAÇÃO DE QUADRO METÁLICO) ABNT NBR 9442 (SEGURANÇA CONTRA PROPAGAÇÃO DE CHAMAS) ABNT NBR 6123 (RESISTÊNCIA A VENTOS FORTES). LONA VINÍLICA: MODELO TD1000 COM: BLACKOUT – REDUZ TEMPERATURA INTERNA E BLOQUEIA TOTALMENTE A LUZ. ANTI-CHAMAS – CERTIFICADA COM LAUDO TÉCNICO DE FLAMABILIDADE. PROTEÇÃO UV E IV – BLOQUEIA RADIAÇÃO SOLAR E INFRAVERMELHA. ANTI-MOFO E ANTI-FUNGOS – GARANTE HIGIENE E DURABILIDADE. ANTI BACTERICIDA – GARANTE A NÃO PROPAGAÇÃO DE GERMES E BACTÉRIAS. IMPERMEABILIDADE TOTAL – PROTEÇÃO CONTRA QUALQUER INFILTRAÇÃO. TECNOLOGIA EXCLUSIVA: SOLDA ELETRÔNICA POR TERMOFUSÃO A 320°C: SEM COSTURAS; COM FUSÃO MOLECULAR SOB PRESSÃO (NÃO RASGA); GARANTINDO MÁXIMA RESISTÊNCIA COM VEDAÇÃO E ACABAMENTO IMPECÁVEL. LONA REFORÇADA; FIXAÇÃO ATRAVÉS DE MEIA ARGOLA DE 32MM EM INOX. PESO: 490 G/M². ESPESSURA: 0,46 MM. OPACIDADE: ≥60. MICRAS: 500. TECIDO: 1000/1000 DEN – 2,0X2,0 FIOS/CM.	UNIDADE	6	883.33	5.300,00
<b>TOTAL ==&gt;</b>					<b>R\$ 224.973,34</b>

### 3. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

3.1. O preço total estimado pela administração para compra do objeto é de **R\$ 224.973,34 (Duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos)** conforme os valores constantes no quadro acima.

#### **4. DURAÇÃO DO CONTRATO**

4.1. O **prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato.

4.2. A empresa contratada deverá iniciar imediatamente após a assinatura do pacto contratual o fornecimento estipulado no objeto contratual.

4.3. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

4.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação visa atender às necessidades essenciais das escolas municipais e demais secretarias, garantindo a aquisição, reposição e ampliação de materiais e equipamentos indispensáveis ao funcionamento adequado das unidades. A medida busca melhorar a estrutura física, oferecer suporte às atividades, proporcionar mais conforto e segurança a alunos e servidores, assegurar melhores condições de trabalho aos profissionais e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e atendimento das demandas operacionais e administrativas.

#### **6. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A estimativa da contratação foi realizada com base no levantamento de preços com empresas fornecedoras do objeto em questão.

#### **7. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2026, em dotação específica informado abaixo:

3.3.90.30.00.2.06.01.12.122.0002.2.0029 – DESENVOLV. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.52.00.2.06.01.12.122.0002.2.0029 - DESENVOLV. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.30.00.2.02.01.04.122.0002.2.0007 –DESENV. DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

4.4.90.52.00.2.02.01.04.122.0002.2.0007-DESENV. DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



## **8. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

8.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

## **9. DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

9.1. **A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir do envio da respectiva Autorização de Fornecimento. Incumbe à contratada a obrigação de manter atualizado o endereço eletrônico indicado para o recebimento da referida autorização, sob pena de não se opor à contagem do prazo.

9.2. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pelas Secretarias demandante;

9.3. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá fornecer os itens da melhor forma a atender às necessidades do Município;

9.4. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:**

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal n°. 14.133/21.

10.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 São obrigações da Contratante:

11.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados no contrato mediante documento hábil de quitação.

11.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de contrato;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

11.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

11.6. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Fornecer os objetos solicitados conforme Ordem de Fornecimento, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;

12.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

12.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;



12.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

12.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata; Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.

12.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.

12.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.

12.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

12.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

12.10. Fornecer mão-de-obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;


12.11. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

12.12. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

12.12.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

12.13. Quando da solicitação dos fornecimentos, a contratada deve se responsabilizar pelas seguintes atividades, as quais já estão incluídas no preço do serviço:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	BERÇO PADRÃO NACIONAL INMETRO COR BRANCO: DESCRIÇÃO CERTIFICADO INMETRO DIMENSÕES DO PRODUTO: ALTURA: 92 CM LARGURA: 68 CM COMPRIMENTO: 133 CM TRÊS REGULAGENS DE ALTURA NO ESTRADO CABECEIRAS EM MDF GRADE EM PINUS REVESTIDO ACABAMENTO: BORDA LATERAL COM PERFIL DE PVC DE 16,5 MM. SUPORTA 30KG. MEDIDA DO COLCHÃO RECOMENDAVA: 130X60 - PARA BERÇO PADRÃO NACIONAL.	UNIDADE	4
02	CADEIRA CADEIRÃO ALIMENTAÇÃO - A CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO PORTÁTIL PARA CRIANÇAS ATÉ 23KG. ELA TEM ASSENTO, ENCOSTO E LATERAIS ACOLCHOADOS EM PLÁSTICO LAMINADO E APOIO PARA OS PÉS FIXO. É DE FÁCIL DE DESMONTAR E TEM EMBALAGEM COMPACTA.	UNIDADE	4

	<p>ESTRUTURA EM AÇO; CADEIRA ALTA IDEAL PARA BEBÊS DE ATÉ 23KG; ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADO EM PLÁSTICO LAMINADO, ACILITANDO A LIMPEZA; BANDEJA E APOIO DE PÉS; BANDEJA REMOVÍVEL QUE PERMITE APROXIMAÇÃO A MESA DE REFEIÇÃO; BANDEJA COM PORTA COPOS; CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS; CINTO DE SEGURANÇA COM 2 REGULAGEM DE ALTURA; FÁCIL DE DESMONTAR; TRAVA DE SEGURANÇA; CADEIRA DESMONTÁVEL – EMBALAGEM MAIS COMPACTA; FOTO DO PRODUTO COMPOSIÇÃO TÊXTIL 100% PVC. REGISTRO DO PRODUTO NO INMETRO Nº 002366/2022   OCP0040 SGS MEDIDAS ALT. 97CM LARG. 74CM COMP. 63CM PESO. 4,40KG</p>		
03	<p>CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO DO TIPO IP, COM CONECTIVIDADE SEM FIO (WI-FI), DESTINADA AO USO INTERNO E EXTERNO, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 3MP (1296P OU SUPERIOR), DOTADA DE CAMPO DE VISÃO DE ATÉ 360°, POSSIBILITANDO MONITORAMENTO AMPLO DO AMBIENTE. DEVERÁ POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E RESPINGOS DE ÁGUA, ADEQUADA PARA INSTALAÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS, COM GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP65 OU EQUIVALENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER MICROFONE E ALTO-FALANTE INTEGRADOS, PERMITINDO COMUNICAÇÃO DE ÁUDIO BIDIRECIONAL, BEM COMO VISÃO NOTURNA COLORIDA (FULL COLOR) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, GARANTINDO CAPTAÇÃO DE IMAGENS MESMO EM AMBIENTES COM BAIXA LUMINOSIDADE. DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM APLICATIVO DE GERENCIAMENTO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS (SISTEMAS ANDROID E IOS), PERMITINDO ACESSO REMOTO ÀS IMAGENS EM TEMPO REAL E AOS REGISTROS GRAVADOS. DEVERÁ POSSIBILITAR ARMAZENAMENTO DAS IMAGENS POR MEIO DE CARTÃO MICROSD, ARMAZENAMENTO EM NUVEM OU DISPOSITIVO DE GRAVAÇÃO COMPATÍVEL, CONFORME RECURSOS DO EQUIPAMENTO. A ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ELÉTRICA COM FIO, EM TENSÃO BIVOLT AUTOMÁTICA (110/220V), COM INSTALAÇÃO DO TIPO MONTAGEM EM PAREDE, ACOMPANHADA DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO FUNCIONAMENTO, INCLUINDO CABOS, SUPORTES E MANUAL. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, DE PRIMEIRA LINHA, NA COR BRANCA OU SIMILAR, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELA ANATEL, ATENDENDO ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES</p>	UNIDADE	80
04	COLCHÃO CASAL ORTOPÉDICO ESPUMA D45 EXTRA FIRME 138X188X17CM	UNIDADE	2
05	COLCHÃO DE BERÇO IMPERMEÁVEL 130X0,60 D18 COR BRANCO ANTI- ACARO, ANTI- FUNGO ANTI – ALÉRGICO, FABRICADO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE D18, O COLCHÃO SUPORTA ATÉ 50 KG, COM SUPERFÍCIE IMPERMEÁVEL FACILITA A LIMPEZA, TORNANDO A ROTINA DOS PAIS MAIS PRÁTICA E HIGIÊNICA. COM DIMENSÕES DE 130 CM DE COMPRIMENTO, 60 CM DE LARGURA E 10 CM DE ALTURA, ESTE COLCHÃO É IDEAL PARA BERÇOS PADRÃO	UNIDADE	6
06	<p>CONJUNTO MESA REFEITÓRIO INFANTIL COM BANCOS SEPARADOS COM ENCOSTO BRANCO/AZUL PESOS E DIMENSÕES ESPESSURA DO TAMPO (MM) 30 MM. PESO DA MESA 20 KG. MEDIDA DA CADEIRA/BANCO (A X L X P)30X150X30. MEDIDA DA MESA (A X L X P) 55X150X60. ALTURA (CM) 55 CM. COMPRIMENTO (CM) 150 CM. LARGURA (CM) 60 CM. PROFUNDIDADE (CM) 30 CM. MATERIAIS E ACABAMENTOS. MATERIAL PRINCIPAL MDF. MATERIAL DO TAMPO FÓRMICA. MATERIAL DA BASE DA MESA AÇO. MATERIAL DA ESTRUTURA DA CADEIRA AÇO.</p> 	CONJUNTO	8
07	<p>CONTAINER DE LIXO 500 LITROS NA COR AZUL O CONTAINER DE LIXO 500 LITROS SEM PEDAL É FABRICADO EM POLIETILENO DE MÉDIA OU ALTA DENSIDADE (PEMD OU PEAD) 100% VIRGEM, GARANTINDO AOS NOSSOS CLIENTES OS REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONFIABILIDADE EM RAZÃO DO MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. RESISTENTES AO IMPACTO E À TRAÇÃO, O CONTAINER DE LIXO 500 LITROS SEM PEDAL POSSUI PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA E CONTÉM UM ADITIVO EXTRA ANTIOXIDANTE, O QUE LHE GARANTE NÍVEIS DE PROTEÇÃO CLASSE 8 – UV 8, DA AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS</p>	UNIDADE	5

	(ASTM), EM CONFORMIDADE COM A NORMA EN840. TÊM CAPACIDADE PARA 500L E CONTAM COM RODAS DE PVC COM 150MM DE DIÂMETRO E NÚCLEO DE POLIPROPILENO (PP). POSSUEM 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS, SENDO 2 COM FREIOS, E GARFOS EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, O QUE LHES GARANTE EXCELENTE CUSTO-BENEFÍCIO. O CONTAINER DE LIXO SEM PEDAL 500L POSSUI AINDA MUNHÃO PARA BASCULAMENTO LATERAL EM CAMINHÕES DE COLETA URBANA, REFORÇO EM CHAPA DE AÇO E DRENO COM TAMPA ROSQUEÁVEL PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS. ASSOCIADAS À COLETA DE RESÍDUOS PLÁSTICOS, PAPÉIS, VIDROS, METAIS, RADIOATIVOS, ORGÂNICOS, NÃO RECICLÁVEIS, ETC.		
08	CORTINA BLACKOUT EM TECIDO 4 METROS. MEDIDAS: 4,00M DE LARGURA X 2,80M DE ALTURA. 4,00 METROS DE LARGURA DE CONSUMO (ESTICADO). INDICADO PARA VARÃO DE 3,00M A 3,50M. PARA VARÃO SIMPLES (NÃO ACOMPANHA VARÃO). COM ILHÓS CROMADO. BLOQUEIA 99% TODA A CLARIDADE. IMPEDE A PASSAGEM DE LUZ E RAIOS ULTRA VIOLETA - AJUDA A RETER O CALOR E MANTER A TEMPERATURA - SÃO DUAS FOLHAS - NOME DO TECIDO: TECIDO DE BLACKOUT - COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER - CONTÉM NA EMBALAGEM: 01 - CORTINA BLACKOUT EM TECIDO 4,00M X 2,80M	UNIDADE	50
09	KIT 10 CADEIRAS FIXAS ESTOFADAS PARA ESCRITÓRIO COR PRETO CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS: DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CADEIRA FIXA DE ESCRITÓRIO 4 PÉS PALITO COM ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MM, COM FIXAÇÃO À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS DE GARRA DE AÇO ZINCADO E PARAFUSOS MÉTRICOS OU SIMILARES, EM POLEGADA, ESPUMA DE POLIURETANO FLEXÍVEL INJETADA MOLDADA DE ESPESSURA TOTAL ÚTIL MÍNIMA DE 20 MM, DE ALTA DENSIDADE, ALTA RESILIÊNCIA, ISENTA DE CFC E ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA, PROMOVENDO LONGA VIDA ÚTIL AO ASSENTO E ENCOSTO. REVESTIMENTO EM TECIDO EM COR A DEFINIR DE ACORDO COM A CARTELA DO FABRICANTE, COM CONTRA ENCOSTO EM LAMINADO SINTÉTICO, CONTRA ASSENTO EM LAMINADO SINTÉTICO OU TNT E ARREMATE DE BORDOS EM PERFIL POLIMÉRICO EXTRUDADO DE COR CINZA OU PRETA. ESTRUTURA FIXA DO TIPO 4 PÉS PALITO COM SUPORTE DUPLO DE ENCOSTO E SOLDADA POR PROCESSO MIG, TUBOS DE AÇO DE DIÂMETRO MÍNIMO DE 19 MM E ESPESSURA DE PREDE DE NO MÍNIMO 1,20 MM. DIMENSÕES MÍNIMAS DE ASSENTO DE 420 MM DE LARGURA POR 380 MM DE PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE. DIMENSÕES MÍNIMAS DE ENCOSTO DE 3150 MM DE LARGURA POR 270 MM DE EXTENSÃO VERTICAL.	KIT	10
10	MULTIFUNCIONAL COLORIDA DE ALTA PRODUÇÃO IDEAL PARA GRÁFICOS, ESCRITÓRIOS DINÂMICOS E ARTES GRÁFICAS, IMPRIME, COPIA, DIGITALIZA E POSSUI ALTA QUALIDADE (DPI), ACEITANDO PAPÉIS ATÉ, SENDO VERSÁTIL PARA IMPRESSÕES PROFISSIONAIS E DE ESCRITÓRIO, COM ALTO CICLO MENSAL DE 200.000 A 300.000 PÁGINAS. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FUNÇÕES: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX (OPCIONAL). VELOCIDADE: ATÉ 60 PÁGINAS POR MINUTO (COLORIDO OU P&B). RESOLUÇÃO: DPI PARA IMAGENS NÍTIDAS. PAPEL: SUPORTE PARA GRAMATURAS ELEVADAS (ATÉ) E FORMATOS A3/SRA3. PRODUÇÃO: CICLO MENSAL MÁXIMO DE ATÉ 300.000 PÁGINAS. VERSATILIDADE: IMPRESSÃO MÓVEL E DIGITALIZAÇÃO PARA E-MAIL, USB E PC. TECNOLOGIA: LASER, PERMITINDO BAIXOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO. CAPACIDADE DE SUPORTAR DIVERSAS MÍDIAS, INCLUINDO PAPEL COUCHE E CARTOLINA, SEM MARCAR AS IMPRESSÕES COM ROLETES.	UNIDADE	7
11	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO POUCH FILM 0,05 ESPECIFICAÇÕES TAMANHO: A4 220X307MM QUANTIDADE: 100 UNIDADES ESPESSURA: 0,05MM(125MIC)	PACOTE	100
12	RELÓGIO DE XADREZ DIGITAL CRONÔMETRO PROFISSIONAL COMPETIÇÃO COR PRETO COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA 14 CM X 16 CM X 7 CM PESO 129 G MATERIAL PLÁSTICO ABS FUNÇÕES CONTAGEM DE JOGADAS, CRONÔMETRO, TEMPORIZADOR, DELAY TIPO DE ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AA	UNIDADE	20
13	TENDA CHAPÉU DE BRUXA 3X3 NA COR AZUL MODELO: TENDA CHAPÉU DE BRUXA, TENDA CHAPÉU DE BRUXA 3X3, ESTRUTURA METÁLICA REFORÇADA EM AÇO CARBONO E GALVANIZADA, LONA VINÍLICA TD1000 IMPERMEÁVEL, 500 MICRAS, ANTI CHAMAS, ANTI RAIOS UV E IV, LONA COM CERTIFICADO DE	UNIDADE	6

<p>FLAMABILIDADE DIMENSÕES DE PRODUTO: COMPRIMENTO: 3,00M LARGURA: 3,00M PÉ DIREITO: 2,50M (DE NÍVEL DE SOLO ATÉ A VIGA LATERAL DE FORMAÇÃO DE QUADRO METÁLICO) ABNT NBR 9442 (SEGURANÇA CONTRA PROPAGAÇÃO DE CHAMAS) ABNT NBR 6123 (RESISTÊNCIA A VENTOS FORTES). LONA VINÍLICA: MODELO TD1000 COM: BLACKOUT – REDUZ TEMPERATURA INTERNA E BLOQUEIA TOTALMENTE A LUZ. ANTI-CHAMAS – CERTIFICADA COM LAUDO TÉCNICO DE FLAMABILIDADE. PROTEÇÃO UV E IV – BLOQUEIA RADIAÇÃO SOLAR E INFRAVERMELHA. ANTI-MOFO E ANTI-FUNGOS – GARANTE HIGIENE E DURABILIDADE. ANTI BACTERICIDA – GARANTE A NÃO PROPAGAÇÃO DE GERMES E BACTÉRIAS. IMPERMEABILIDADE TOTAL – PROTEÇÃO CONTRA QUALQUER INFILTRAÇÃO. TECNOLOGIA EXCLUSIVA: SOLDA ELETRÔNICA POR TERMOFUSÃO A 320°C: SEM COSTURAS; COM FUSÃO MOLECULAR SOB PRESSÃO (NÃO RASGA); GARANTINDO MÁXIMA RESISTÊNCIA COM VEDAÇÃO E ACABAMENTO IMPECÁVEL. LONA REFORÇADA; FIXAÇÃO ATRAVÉS DE MEIA ARGOLA DE 32MM EM INOX. PESO: 490 G/M². ESPESSURA: 0,46 MM. OPACIDADE: ≥60. MICRAS: 500. TECIDO: 1000/1000 DEN – 2,0X2,0 FIOS/CM</p>		
---	--	--

12.14. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

15.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.



16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

16.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em contrato.

## **17. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

17.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.



17.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

17.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

17.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.7. Se durante a vigência do contrato for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

17.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III-determinada por decisão arbitral;

17.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I-devolução da garantia;
- II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III-pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.11. Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

- I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III-alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV-decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI-atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX-não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III-repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV-atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI-Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137 da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 17.13. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral.

## **18. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

18.1. **A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos,** contados a partir do envio da respectiva Autorização de Fornecimento. Incumbe à

contratada a obrigação de manter atualizado o endereço eletrônico indicado para o recebimento da referida autorização, sob pena de não se opor à contagem do prazo.

18.2. Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Município, conforme a Ata de Registro de Preços e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor competente.

18.3. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

18.4. Os fornecimentos deverão ser executados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

19.1. O objeto do contrato será recebido de forma **provisória e definitiva**, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

19.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

19.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

19.1.3. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

19.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

- a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;
- b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;
- c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

## **20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

20.1 A contratada obriga-se a executar os serviços licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e do Contrato.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Contratada às penalidades seguintes:

- a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

21.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

21.3.2. A aplicação das multas independência de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

21.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

21.3.4. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

21.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

21.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

21.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

21.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



21.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

21.6.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

21.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.6.1 a 19.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.6.2 a 19.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.6.8 a 19.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

21.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;



21.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

22.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente

comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86 § 2º incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

22.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

22.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

22.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

22.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

22.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **23. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS**

23.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

23.1.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 123 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

23.1.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

23.1.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

23.1.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

23.1.5. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

23.1.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

23.1.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

23.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23.1.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

23.1.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

23.1.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.1.7.3. Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

23.1.7.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.1.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

23.1.8.1. Por razão de interesse público; ou

23.1.8.2. A pedido do fornecedor

## **24. DAS REVISÕES DE PREÇOS**

24.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

24.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

24.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica do Consórcio.

24.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

24.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

## **25. DO REAJUSTE**

25.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

25.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

25.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **26. ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

26.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

26.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 126 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **27. EXTINÇÃO DO CONTRATO**

27.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

27.2. A extinção do contrato poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III-determinada por decisão arbitral.

27.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

27.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

27.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

27.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

27.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

27.5.3. Indenizações e multas.

## **28. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

28.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## **29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

29.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 31 de março de 2026.

Simone Martins Cirilo de Paula  
Secretária Municipal de Educação e Cultura  
Matrícula 2939

Magda Emilia Altomare  
Secretária Municipal de Administração  
Matrícula 3098